Junho 2025 | Edição 10

FGV IBRE

CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

BOLETIM MACRO REGIONAL

NORDESTE

Uma análise do rendimento médio do nordeste

Com alta de 26,7%, Nordeste tem maior crescimento de renda média entre 2012 e 2024

BOLETIM
MACRO
REGIONAL
NORDESTE

Sumário

Editorial 3

Atividade Econômica 5

Atividade Setorial – Indústria 7

Atividade Setorial – Serviços e Comércio 9

Mercado de Trabalho 13

Inflação 18

Comércio Exterior 20

Finanças Públicas 22

Nordeste em Foco 25

Carta Nordeste 30

Conheça o Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE 32

FGV IBRE

Editorial

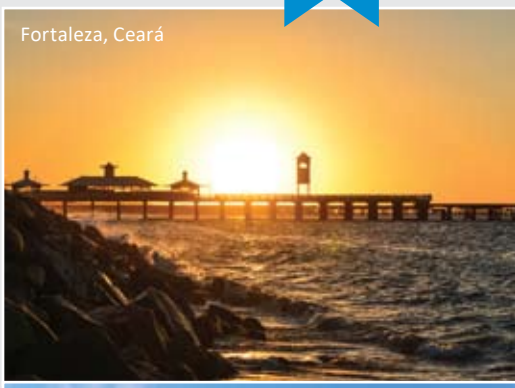
O Boletim Macro Regional desta edição traz, na seção de atividade econômica, vários dados da região Nordeste, entre os quais, conforme o Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central, um crescimento de 1% em março e uma variação positiva de 0,6% no primeiro trimestre de 2025. O destaque é a Bahia, que obteve o maior crescimento mensal entre os estados pesquisados (+2,0%) e um significativo avanço trimestral (+2,6%), devido a resultados favoráveis nos setores de serviços e indústria. A média nacional (medida pelo IBC-Br do BACEN) não foi muito diferente em março (0,8%) e levemente melhor no trimestre (1,3%). Na comparação interanual, os dados observados indicam que a região Nordeste apresentou crescimento de 2,4%, ainda abaixo da média nacional, que avançou 3,5%. A Bahia se destacou com a maior alta interanual da região (+6,8%), devido à recuperação da indústria de transformação e aos avanços em setores de serviços. O Ceará também apresentou crescimento anual de 2,5%, puxado pelo setor de serviços. Já Pernambuco apresentou nova retração interanual (-3,3%), indicando a manutenção de fragilidades tanto na indústria de transformação como dos serviços.

Os dados acima mantêm as perspectivas de um crescimento econômico positivo, mas moderado, para a região Nordeste em 2025, em meio a condições monetárias e financeiras apertadas. Isso decorre do fato de as expectativas de inflação estarem acima de níveis consistentes com a meta e, portanto, da projeção de que os níveis elevados da taxa SELIC se mantenham por um período relativamente extenso. Adicionalmente, há questões como a redução do impulso fiscal em relação a 2024 e a elevada incerteza global.

A indústria nordestina voltou a apresentar sinais de fragilidade em março/2025, com retrações de 4,1% e de 4,8% nas comparações, respectivamente, com fevereiro/2025 e em termos interanuais. Nesta última base de comparação, houve queda generalizada em todos os estados da região, exceto a Bahia. Esses resultados vão na contramão do Brasil, que teve altas nas mesmas bases de comparação, de 1,2% ante fevereiro e de 3,1% em termos interanuais. Fica claro que a situação é preocupante para a indústria da região Nordeste. Possíveis explicações são a base elevada de 2024 e um ambiente ainda contaminado por incertezas e desafios setoriais, com quedas significativas nas indústrias extrativa e de transformação.

O volume de serviços no Nordeste apresentou, em março/2025, resultado misto, com desempenho marcado por retrações de maior magnitude em alguns estados (PE, AL e PB) e pequenos crescimentos em outros (PI, BA e RN). O Brasil, nesse mesmo mês, teve desempenho levemente positivo, com alta de 0,3%.

Na seção do mercado de trabalho, com dados da PNAD Contínua, observou-se que a taxa de desocupação na região Nordeste aumentou de 8,6%, registrada no 4º trimestre de 2024, para 9,8% em 2025.T1. Nesse período de comparação, Piauí e Ceará foram os estados da região que mais aumentaram


Fortaleza, Ceará

João Pessoa, Paraíba

Maceió, Alagoas

Aracaju, Sergipe

Natal, Rio Grande do Norte

essa taxa, respectivamente, em 2,7 p.p. e 1,5 p.p. Esse movimento segue uma tendência em nível nacional. A taxa de desocupação do Brasil, no mesmo período de comparação, aumentou de 6,2% para 7%.

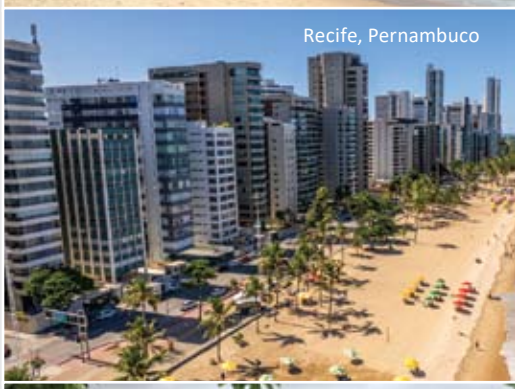
A taxa de participação, também entre 2024.T4 e 2025.T1, diminuiu em todos os estados da região Nordeste, com exceção do Maranhão, trazendo a média da região de 55,2% para 54,1%. Em 2025.T1, o Ceará apresentou a menor taxa de participação entre os estados nordestinos, com 50,7% e a Bahia a maior, com 57,8%. A média nacional saiu, nesse período de comparação, de 62,6% para 62,2%, o que fez, apesar da ligeira queda, aumentar a distância em relação à do Nordeste, indicando um problema estrutural no mercado de trabalho da região.

Em termos de ocupação, segundo os dados do CAGED, o saldo de empregos em abril/25 no Nordeste foi superior a 45 mil, indicando resiliência diante da alta da taxa de juros que começou no segundo semestre de 2024. O resultado representou retomada em relação ao número desfavorável do mês anterior. Esse desempenho foi obtido, principalmente, pelos setores de Serviços e Construção.

O Boletim apresenta também dados para a região Nordeste de inflação, medida pelo IPCA, indicando desaceleração em abril/25 em relação a março/25, além de se situar abaixo da média nacional. Entretanto, o comportamento heterogêneo da inflação nas capitais nordestinas voltou a se verificar, com destaque para Fortaleza, que registrou a maior variação mensal entre as capitais da região. No comércio exterior, o destaque nordestino em abril de 2025 foi a desaceleração nas trocas internacionais, com diminuição no total tanto das exportações como das importações em relação a abril de 2024. Somente o setor agropecuário teve crescimento nas exportações em abril de 2025, na comparação interanual. Já a seção de finanças públicas mostra que os estados do Nordeste têm apresentado um quadro de melhora geral nos indicadores da CAPAG. Esse resultado positivo foi devido tanto ao menor volume de gasto, frente à receita corrente líquida, como à diminuição do endividamento líquido.

Por fim, o “Nordeste em Foco” tem como objetivo principal analisar, no período de 2012 a 2024, o comportamento do rendimento domiciliar per capita (RDPC) da região Nordeste vis-à-vis outras regiões e à média nacional, bem como variações na sua composição ao longo dessa trajetória. O artigo apresenta, com as respectivas análises, um conjunto significativo de evidências: (i) a região Nordeste, na comparação do período completo, apresentou crescimento mais robusto do RDPC em relação à média nacional, mas ainda ficou distante de uma convergência, (ii) a participação da renda do trabalho na composição do RDPC caiu de 70% em 2012 para 67,3% em 2024, revelando que o peso de outras fontes de rendimento é alto no Nordeste, relativamente a outras regiões; (iii) a participação do rendimento de programas sociais no RDPC cresceu de 4,4% em 2012 para 9,4% em 2024, indicando vulnerabilidade das famílias nordestinas e a dependência de mecanismos de proteção social, ainda que esse peso tenha experimentado queda em relação a 2023.

Salvador, Bahia


Recife, Pernambuco

São Luis, Maranhão

Teresina, Piauí

Atividade Econômica

A atividade econômica do Nordeste cresce 0,6% no primeiro trimestre do ano

A atividade econômica do Nordeste avançou 1,0% em março, acelerando frente ao mês anterior e consolidando uma variação positiva de 0,6% no primeiro trimestre de 2025. O resultado reflete uma retomada gradual após a volatilidade do início do ano, com destaque para a Bahia, que registrou o maior crescimento mensal da região (+2,0%) e um expressivo avanço trimestral (+2,6%), impulsionada por ganhos nos setores de serviços e indústria. O Ceará também apresentou desempenho positivo (+0,5% no mês e +1,5% no trimestre), enquanto Pernambuco recuou tanto na margem (-1,3%) quanto no trimestre (-3,2%), sinalizando perda de tração em sua atividade econômica, algo que acontece desde o início do ano.

No agregado nacional, o IBC-Br cresceu 0,8% em março e 1,3% no trimestre, em linha com o valor divulgado pelo IBGE para o PIB no primeiro trimestre, que cresceu 1,4%. A comparação mostra que, embora o Nordeste tenha mantido crescimento, o ritmo ainda é inferior ao de outras regiões — sobretudo ao do Centro-Oeste, que segue beneficiado pelo desempenho robusto da agropecuária. Mesmo assim, os dados atuais indicam que a economia nordestina segue reagindo, com impulso vindo de bases estaduais específicas e da resiliência da demanda doméstica em alguns setores.

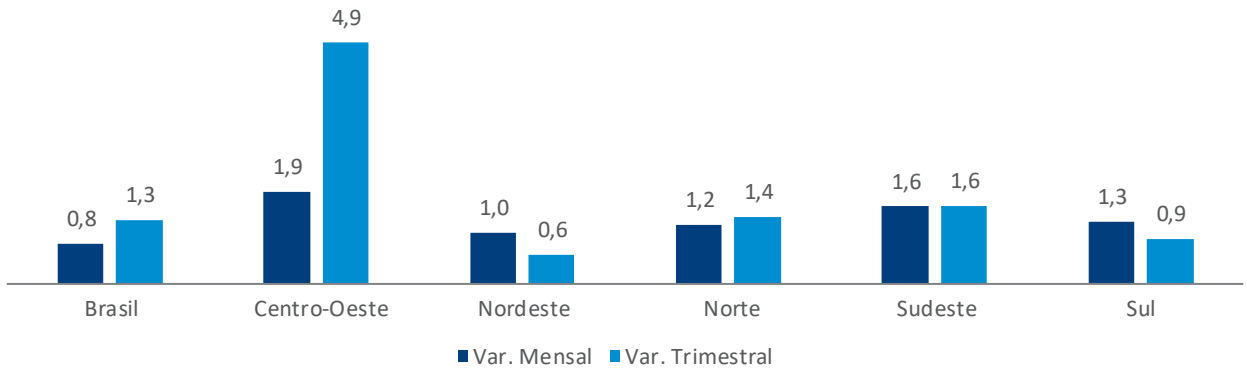
Tabela 1: Variações percentuais do IBC-R com ajuste sazonal – março/2025

UF	Mês(1)	1º Trimestre(2)
BA	▲2,0	▲2,6
CE	▲0,5	▲1,5
PE	▼1,3	▼3,2
NE	**▲1,0**	**▲0,6**
BR	**▲0,8**	**▲1,3**

Fonte: Banco Central. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. Notas: (1) variação do mês em relação ao mês imediatamente anterior. (2) variação no trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Gráfico 1: IBC-R por Região em março/2025

(dados com ajuste sazonal)



Fonte: Banco Central.

A atividade econômica do Nordeste cresceu 2,4% em março na comparação interanual, mantendo o ritmo observado no primeiro trimestre do ano. O resultado mostra estabilidade em relação ao desempenho registrado em fevereiro (+2,6%), mas ainda aponta uma recuperação mais moderada frente à média nacional, que avançou 3,5% no mês e 3,7% no trimestre. No acumulado dos últimos 12 meses, o crescimento regional atingiu 4,0%, levemente abaixo do indicador nacional (4,2%), sinalizando continuidade da expansão, embora em ritmo menos intenso que o observado no agregado do país, que está sendo muito influenciado pela recuperação da agropecuária.

Entre os estados, a Bahia se destacou com a maior alta interanual da região (+6,8%), mantendo trajetória consistente também no trimestre (+5,0%) e nos últimos 12 meses (+3,7%). O desempenho baiano reflete, em grande medida, a retomada da indústria de transformação e os avanços em setores de serviços com maior peso na estrutura produtiva estadual, como os serviços prestados às famílias e as atividades turísticas. O Ceará também segue em posição de protagonismo na dinâmica regional, com crescimento de 2,5% na comparação anual e de 2,9% no trimestre, com destaque para o setor de serviços.

Pernambuco, por sua vez, voltou a apresentar retração interanual (-3,3%), acompanhada de queda no trimestre (-2,0%). O recuo nos dados mais recentes indica continuidade das dificuldades já observadas nos meses anteriores, refletindo fragilidades persistentes na indústria de transformação e nos serviços, segmentos que seguem com desempenho negativo no estado.

Em síntese, os resultados do primeiro trimestre confirmam um crescimento moderado no Nordeste, mas ainda de forma desigual entre os estados e mais contido em comparação com a média nacional. A atividade continua dependente da dinâmica do consumo interno e das condições de crédito, permanecendo sensível à eficácia de políticas de estímulo – como os programas de crédito voltados às famílias — e ao desdobramento de incertezas externas e fiscais que ainda pairam sobre o ambiente macroeconômico.

Tabela 2: Variações percentuais do IBC-R – março/2025

UF	Mês(1)	1º Trimestre(2)	Últimos 12 meses(3)
BA	▲6,8	▲5,0	▲3,7
CE	▲2,5	▲2,9	▲5,0
PE	▼3,3	▼2,0	▲3,4
NE	**▲2,4**	**▲2,4**	**▲4,0**
BR	**▲3,5**	**▲3,7**	**▲4,2**

Fonte: Banco Central. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. Notas: (1) variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. (2) variação no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. (3) variação dos últimos 12 meses em relação aos mesmos meses do ano anterior.

Atividade Setorial – Indústria

A indústria do Nordeste em março tem o pior resultado mensal do ano

A indústria nordestina voltou a apresentar sinais de fragilidade em março/2025, com retração de 4,1% na comparação com fevereiro. O resultado interrompe a breve recuperação registrada em fevereiro e confirma a dificuldade de consolidação de uma trajetória de retomada na atividade industrial da região. Na comparação interanual, a queda de 4,8% aprofunda o quadro negativo, refletindo a base elevada de 2024 e um ambiente ainda marcado por incertezas e desafios setoriais, com queda de 19,2% na indústria extrativa e de 4,3% na transformação.

No acumulado de 2025, o cenário da produção industrial do Nordeste permanece no campo negativo com queda de 4,2%, em contraste com o avanço de 1,9% observado no cenário nacional. Essa diferença de desempenho reflete, em grande medida, a retração da indústria de transformação na região, que recuou 4,3%, e da indústria extrativa, com queda de 3,4%. A produção de alimentos e bebidas — tradicionalmente relevante na estrutura industrial nordestina — mantém trajetória descendente no ano, além de ocorrer retração expressiva nos derivados de petróleo (Gráfico 1). Ainda assim, no horizonte de 12 meses, a indústria da região mantém variação positiva de 1,8%, sustentada principalmente pelo desempenho mais favorável observado no segundo semestre do ano passado.

Tabela 1: Desempenho da Indústria Geral – março/2025

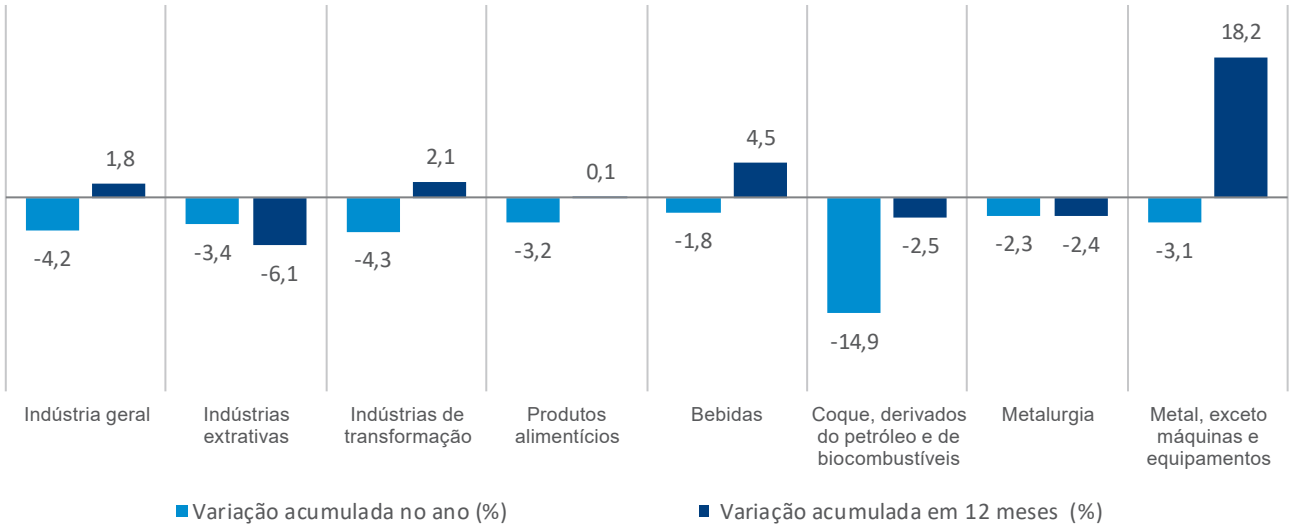
UF	Var. Mensal(1)	Var. Mesmo mês(2)	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
BA	▲1,6	▲3,9	▲2,4	▲2,5
CE	▲3,4	▼2,0	▼0,7	▲5,2
MA	-	▼10,5	▼8,7	▲0,4
PE	▼5,0	▼22,6	▼20,8	▼0,5
RN	-	▼19,1	▼19,7	▼4,0
NE	**▼4,1**	**▼4,8**	**▼4,2**	**▲1,8**
BR	**▲1,2**	**▲3,1**	**▲1,9**	**▲3,1**

Fonte: PIM-PF-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Entre os estados, a Bahia se destaca com crescimento de 1,6% na margem e 3,9% na comparação anual, mostrando resiliência e contribuindo positivamente para o resultado agregado da região. O Ceará também registra avanço mensal expressivo (+3,4%), mas ainda apresenta queda no ano (-0,7%) e no comparativo com março/2024 (-2,0%) – apesar do aumento interanual de 34,2% na metalurgia. Em contraste, Pernambuco e Rio Grande do Norte enfrentam contrações severas, com recuos de 22,6% e 19,1% na comparação anual, respectivamente, e acumulam as maiores perdas no País no ano (-20,8% e -19,7%). A causa principal é o recuo forte, na indústria de transformação, da atividade de produção de derivados de petróleo e biocombustíveis: em Pernambuco, na produção de óleo diesel; e, no Rio Grande do Norte, de gasolina automotiva e óleo

diesel. No Maranhão, a retração de 10,5% frente a março do ano passado e a queda acumulada de 8,7% em 2025 sugerem um quadro de enfraquecimento mais persistente na atividade de indústria extrativa (-88,3% na comparação interanual), além de quedas na produção de bebidas (-9,2%) e na metalurgia (-8,9%).

Gráfico 1: Produção Física Industrial por atividade - Nordeste



Fonte: PIM-PF - IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Em resumo, a indústria nordestina inicia o segundo trimestre em trajetória descendente, destoando do movimento nacional, que voltou a ser de crescimento (+1,2% na margem) após meses de estagnação/queda. A combinação de bases desfavoráveis, choques locais e uma retomada nacional desigual impõe um cenário desafiador para a indústria nordestina, exigindo atenção à dinâmica estadual e aos fatores estruturais que limitam o potencial de recuperação mais ampla.

Atividade Setorial – Serviços e Comércio

Serviços avançam em todos os estados do Nordeste em fevereiro, mas comércio ainda oscila

Após o avanço generalizado observado em fevereiro, o volume de serviços no Nordeste apresentou em março resultado misto, com desempenho marcado por retrações expressivas em alguns estados e crescimentos pontuais em outros. Alagoas (-2,1%), Paraíba (-1,6%) e Pernambuco (-2,7%) lideraram as quedas no mês, enquanto estados como Piauí (+1,9%), Bahia (+1,5%) e Rio Grande do Norte (+1,5%) mantiveram desempenho positivo na margem. Na comparação com março de 2024, o ritmo de expansão permanece elevado em grande parte da região, com destaque para o Rio Grande do Norte (+9,6%), Paraíba (+7,5%) e Alagoas (+6,6%). No acumulado do ano até março (primeiro trimestre de 2025), os dados seguem positivos em quase todos os estados, com exceção de Pernambuco (-0,4%) e Piauí (-0,3%), que ainda enfrentam um cenário mais lento de crescimento.

Tabela 1: Desempenho do Volume de Serviços – março/2025

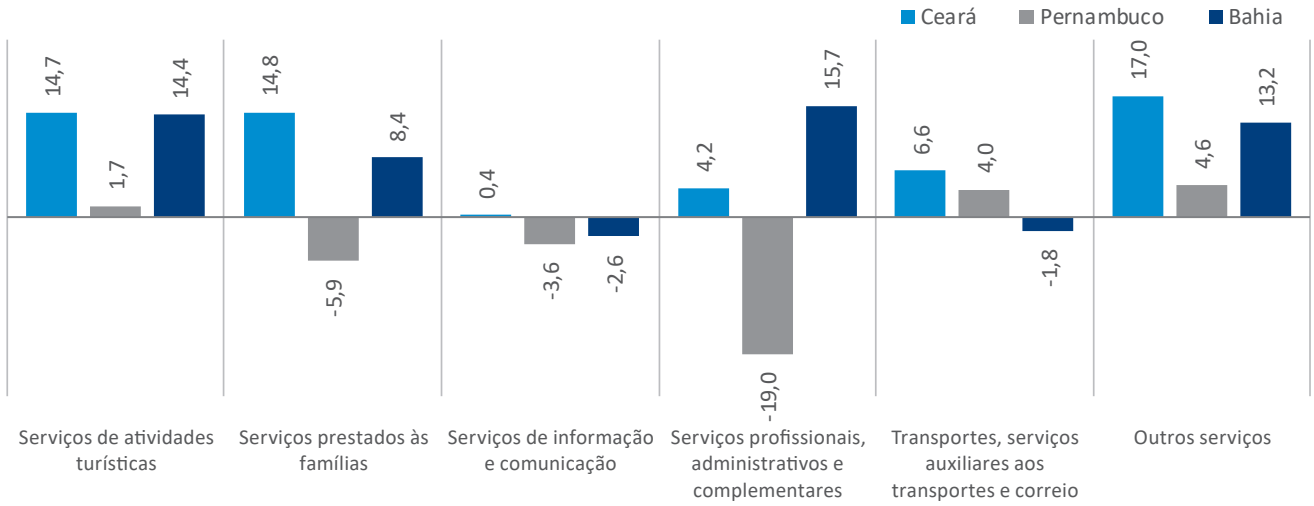
UF	Var. Mensal(1)	Var. Mesmo mês(2)	Var. acum. ano	Var. 12 meses
AL	▼2,1	▲6,6	▲3,7	▲2,5
BA	▲1,5	▲4,0	▲2,4	▲1,6
CE	▲0,1	▲6,0	▲5,0	▲2,0
MA	▼0,6	▲4,4	▲3,0	▲3,2
PB	▼1,6	▲7,5	▲5,5	▲4,8
PE	▼2,7	▼4,7	▼0,4	▲3,6
PI	▲1,9	▼1,6	▼0,3	▲3,3
RN	▲1,5	▲9,6	▲7,5	▲7,4
SE	▲0,1	▲3,9	▲7,0	▲8,6
BR	**▲0,3**	**▲1,9**	**▲2,4**	**▲3,0**

Fonte: PMS-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

No caso de Pernambuco, a retração interanual do volume de serviços em março é explicada, principalmente, pelo desempenho negativo de segmentos relevantes da economia estadual. Destacam-se as quedas nos serviços prestados às famílias (-5,9%), nos serviços profissionais, administrativos e complementares (-19,0%) e nas atividades de informação e comunicação (-3,6%). Já na Bahia, o crescimento de 4,0% frente ao mesmo mês de 2024 foi impulsionado pelos serviços profissionais e administrativos (+15,7%), pelas atividades turísticas (+14,4%) e pela categoria de outros serviços (+13,2%). No Ceará, o avanço de 6,0% também teve como principal motor o setor de turismo, que cresceu 14,7%, além dos serviços prestados às famílias, que registraram alta de 14,8%, evidenciando a contribuição da demanda interna para a expansão do setor no estado.

Gráfico 1: Volume de Serviços por atividade

Variação mês/mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: PMS-IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

No **comércio varejista**, o Nordeste manteve um desempenho moderado em março, com variações positivas na maior parte dos estados. A Paraíba se destacou com a maior alta na margem (+3,0%), seguida por Piauí (+2,1%) e Ceará (+1,4%), este último impulsionado por avanços em combustíveis (+8,6%), artigos farmacêuticos (+10,1%) e livros e papelaria (+18,3%). Pernambuco cresceu 0,6%, com bom desempenho em móveis e eletrodomésticos (+12,0%), apesar das perdas em combustíveis e lubrificantes (-4,8%) e no comércio de equipamentos de escritório (-8,9%). Já a Bahia recuou 0,2% no mês e -5,6% na comparação interanual, pressionada por resultados negativos em livros (-16,2%) e supermercados e hipermercados (-1,9%). No Rio Grande do Norte (-0,4%) e em Sergipe (-2,1%), os dados apontam continuidade da fraqueza no setor e já indicam quedas no acumulado do ano.

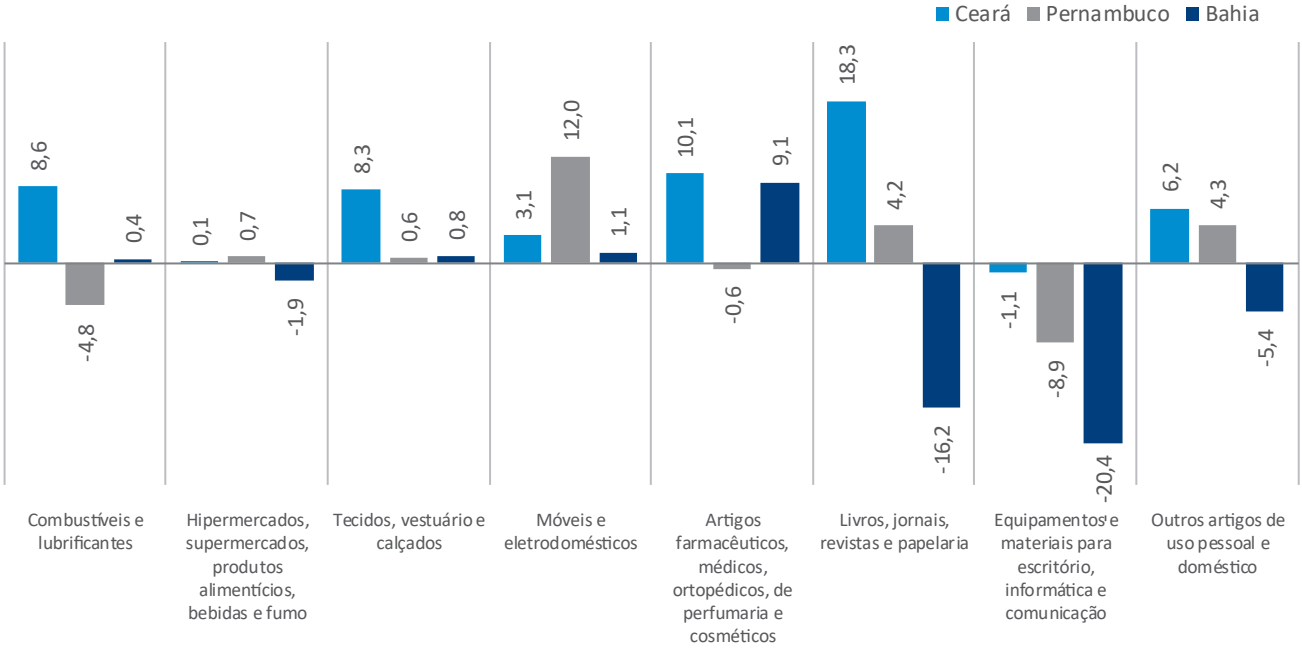
Tabela 2: Desempenho do Comércio Varejista — março/2025

UF	Var. Mensal(1)	Var. Mesmo mês(2)	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
AL	▲0,9	▲1,9	▲3,2	▲5,6
BA	▼0,2	▼5,6	▼0,5	▲4,1
CE	▲1,4	▲1,8	▲3,5	▲6,0
MA	▲0,9	▼1,3	▲0,6	▲3,4
PB	▲3,0	▲3,9	▲3,8	▲10,7
PE	▲0,6	▼1,6	▲1,0	▲3,4
PI	▲2,1	▲7,4	▲5,0	▲6,6
RN	▼0,4	▼5,0	▼0,3	▲3,4
SE	▼2,1	▼4,5	▼1,9	▲3,1
BR	**▲0,8**	**▼1,0**	**▲1,2**	**▲3,1**

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 2: Volume de Vendas no Comércio Varejista

Variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Tabela 3: Desempenho do Comércio Ampliado — março/2025

UF	Var. Mensal (1)	Var. Mesmo mês (2)	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
AL	▲1,1	▼2,4	▲0,5	▲5,0
BA	▲0,7	▼7,1	▼2,5	▲2,9
CE	0,0	▲3,8	▲5,8	▲6,8
MA	▲0,7	▼6,5	▼4,6	▲2,0
PB	▲3,7	▲5,3	▲5,8	▲10,9
PE	▲1,1	▼7,3	▲0,7	▲5,2
PI	▲1,1	▲5,8	▲4,6	▲7,7
RN	▲0,5	▼3,4	▲1,7	▲5,4
SE	▼0,9	▼5,0	▼2,2	▲3,7
BR	**▲1,9**	**▼1,2**	**▲1,1**	**▲3,0**

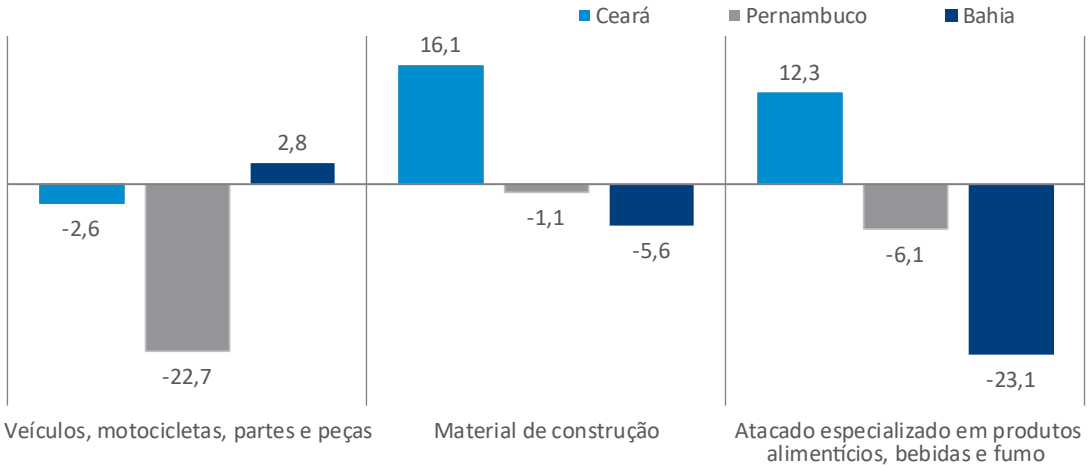
Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

No **comércio varejista ampliado**, a maioria dos estados nordestinos apresentou crescimento na margem em março, com destaque para a Paraíba (+3,7%), Piauí (+1,1%) e Pernambuco (+1,1%). O Ceará registrou estabilidade (0,0%), mas mantém desempenho robusto no acumulado do ano (+5,8%). Bahia (+0,7%) e

Maranhão (+0,7%) também avançaram, embora ainda acumulem quedas significativas no ano. Já Sergipe foi o único estado da região a registrar retração no mês (-0,9%). Os resultados mostram leve melhora no desempenho regional, apesar das perdas interanuais importantes em estados como Bahia (-7,1%) e Pernambuco (-7,3%), impactados por recuos no comércio de veículos, materiais de construção e atacado de alimentos.

Gráfico 3: Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado por seguimento

Variação mês/mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Em linhas gerais, os resultados de março apontam uma economia regional em transição, com o setor de serviços mantendo crescimento em 12 meses, apesar da perda de fôlego pontual no mês, e o comércio oscilando entre recuperação moderada e fragilidades localizadas. A demanda interna segue como principal motor da atividade, mas ainda condicionada por renda real, inflação e crédito. A sensibilidade desses setores às condições do consumo das famílias torna essencial o monitoramento de medidas de estímulo, como o novo programa de crédito consignado, cujos efeitos podem se refletir de forma mais clara ao longo do segundo trimestre.

Mercado de Trabalho

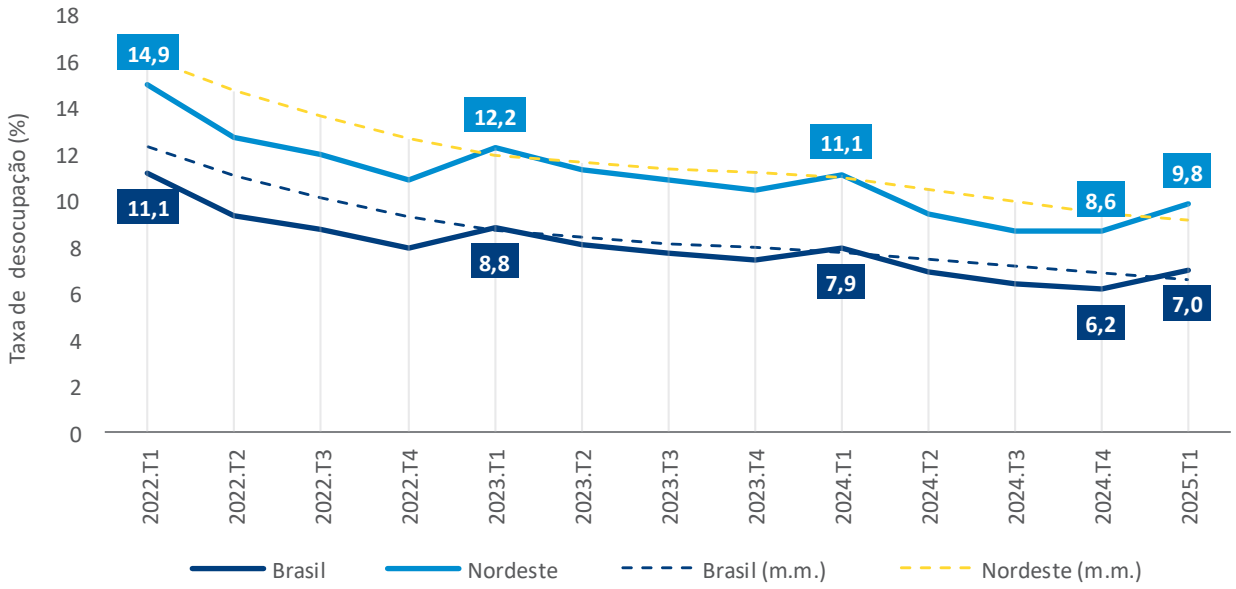
No início de 2025 os indicadores mostram aumento na desocupação e redução na participação

Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, PNAD Contínua, divulgados no dia 16/5, a taxa de desocupação na região Nordeste aumentou de 8,6%, no 4º trimestre de 2024, para 9,8% em 2025.T1. Esse movimento acompanha o indicador calculado em nível nacional, que aumentou de 6,2% para 7% no mesmo período.

Comparada ao 1º trimestre de 2024, quando a taxa de desocupação no Nordeste foi estimada em 11,1%, tem-se um patamar mais baixo. Desde 2015, a região Nordeste não registrava uma taxa de desocupação de 1º trimestre abaixo de 10%. Esse resultado ainda reflete a dinâmica recente do mercado de trabalho no Brasil, com tendência de redução da desocupação no pós-pandemia.

O Gráfico 1 apresenta trajetórias da taxa de desocupação na região Nordeste e no Brasil considerando os últimos três anos (2022.T1 – 2025.T1). O gráfico também apresenta as médias móveis (m.m.) de forma a destacar as tendências recentes.

Gráfico 1: Taxa de desocupação (%) - Nordeste e Brasil (2022.T1 – 2025.T1)



Considerando as estatísticas em nível estadual, a Tabela 1 apresenta informações detalhadas dos nove estados do Nordeste para trimestres selecionados (2024.T1, 2024.T4 e 2025.T1), de forma a se verificar as variações trimestrais e anuais, em pontos percentuais (p.p.). As estimativas indicam que os estados de Pernambuco e Bahia apresentaram as maiores taxas de desocupação em 2025.T1, com 11,5% e 10,9%, respectivamente. Por sua vez, a menor taxa de desocupação no Nordeste em 2025.T1 foi estimada para o Ceará, em 8%.

Tabela 1: Taxa de desocupação (%) e variação (p.p) em trimestres selecionados - Nordeste

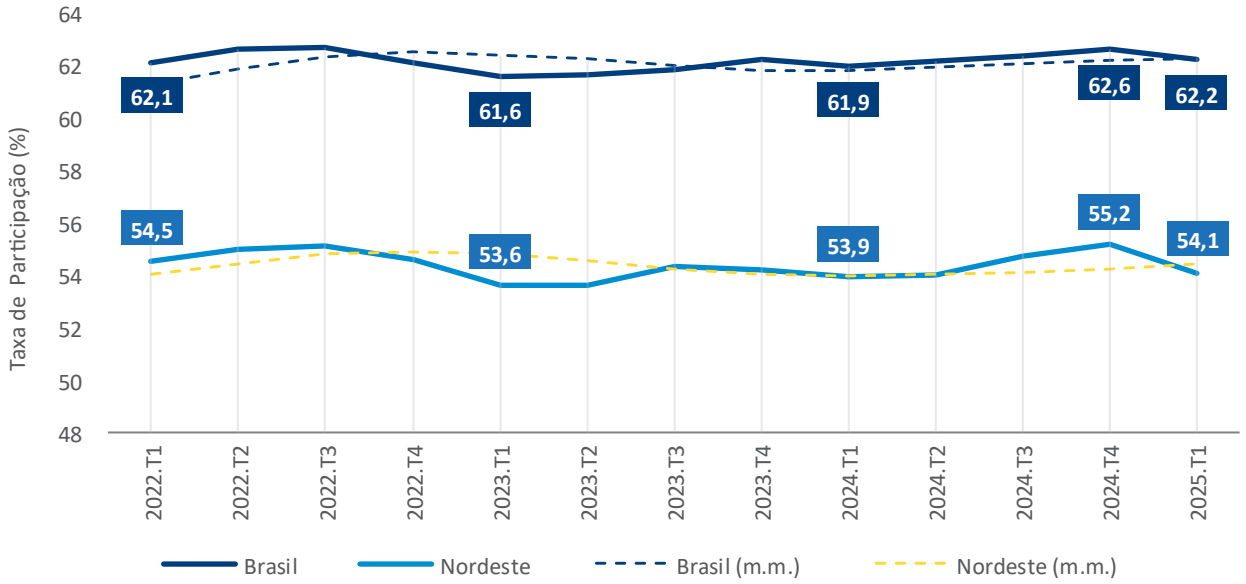
UF	2024.T1	2024.T4	2025.T1	Var.trim	Var.anual
AL	9,9	8,1	9,0	▲0,9	▼0,9
BA	14,0	9,9	10,9	▲1,0	▼3,1
CE	8,6	6,5	8,0	▲1,5	▼0,7
MA	8,4	6,8	8,1	▲1,3	▼0,3
PB	9,9	8,4	8,7	▲0,2	▼1,2
PE	12,4	10,2	11,5	▲1,3	▼0,9
PI	10,0	7,5	10,2	▲2,7	▲0,2
RN	9,6	8,6	9,8	▲1,3	▲0,2
SE	10,0	8,4	9,2	▲0,8	▼0,7
NE	**11,1**	**8,6**	**9,8**	**▲1,2**	**▼1,3**
BR	**7,9**	**6,2**	**7,0**	**▲0,8**	**▼0,9**

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste.

Analisando variações nas estimativas pontuais da taxa de desocupação no último ano, ou seja, entre 2024.T1 e 2025.T1, verifica-se redução em quase todos os estados nordestinos. Grande destaque pode ser dado à redução calculada para a Bahia que, em 2025.T1, apresentou taxa de desocupação 3,1 p.p. menor do que o resultado para o mesmo trimestre de 2024. Considerando as variações no último trimestre, todos os estados apresentaram aumento na taxa de desocupação. Neste caso, o destaque foi o aumento na taxa de desocupação estimada para o Piauí, de 2,7 p.p., alcançando o patamar de 10,2%.

No Nordeste, a taxa de participação, que caracteriza a proporção de pessoas na força de trabalho em relação ao número de pessoas em idade para trabalhar (acima de 14 anos no Brasil), voltou a ter variação negativa em 2025.1, após um bom crescimento ao longo de 2024. O que mais chama a atenção é a magnitude dessa variação, de 1,1 p.p.: 55,2% em 2024.T4, e 54,1% em 2025.T1.

Gráfico 2: Taxa de Participação (%) - Nordeste e Brasil (2022.T1 – 2025.T1)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste.

Entre os estados, as maiores taxas de participação foram registradas na Bahia (57,8%) e em Sergipe (56,3%). Por sua vez, a menor taxa foi estimada para o estado do Ceará (50,7%). A Tabela 2 apresenta as taxas de participação para o Nordeste, o Brasil e estados nordestinos em 2024.T1, 2024.T4, 2025.T1, bem como variações trimestrais e anuais.

Tabela 2: Taxa de participação (%) e variação (p.p) em trimestres selecionados - Nordeste

UF	2024.T1	2024.T4	2025.T1	Var.trim	Var.anual
AL	51,7	53,1	51,4	▼1,7	▼0,3
BA	57,5	58,7	57,8	▼1,0	▲0,3
CE	51,7	51,8	50,7	▼1,1	▼1,0
MA	49,4	51,2	51,4	▲0,2	▲2,0
PB	53,6	55,1	53,8	▼1,3	▲0,2
PE	54,3	56,3	54,5	▼1,8	▲0,1
PI	53,6	54,8	54,1	▼0,7	▲0,5
RN	52,2	53,6	53,1	▼0,4	▲1,0
SE	58,2	58,4	56,3	▼2,1	▼1,8
NE	**53,9**	**55,2**	**54,1**	**▼1,1**	**▲0,2**
BR	**61,9**	**62,6**	**62,2**	**▼0,4**	**▲0,3**

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste.

Essas estimativas para os indicadores de ocupação e participação no mercado de trabalho, referentes ao 1º trimestre de 2025, poderiam acionar um alerta sobre a dinâmica do mercado de trabalho, com a elevação da taxa de desocupação, combinada a queda expressiva na taxa de participação. É importante destacar, contudo, que esses movimentos também refletem um comportamento sazonal do mercado de trabalho. A questão é definir o quanto desses resultados pode ser atribuído ao movimento sazonal e o quanto realmente significa deterioração das condições do mercado. Para isso, é fundamental acompanhar essa dinâmica nos próximos trimestres.

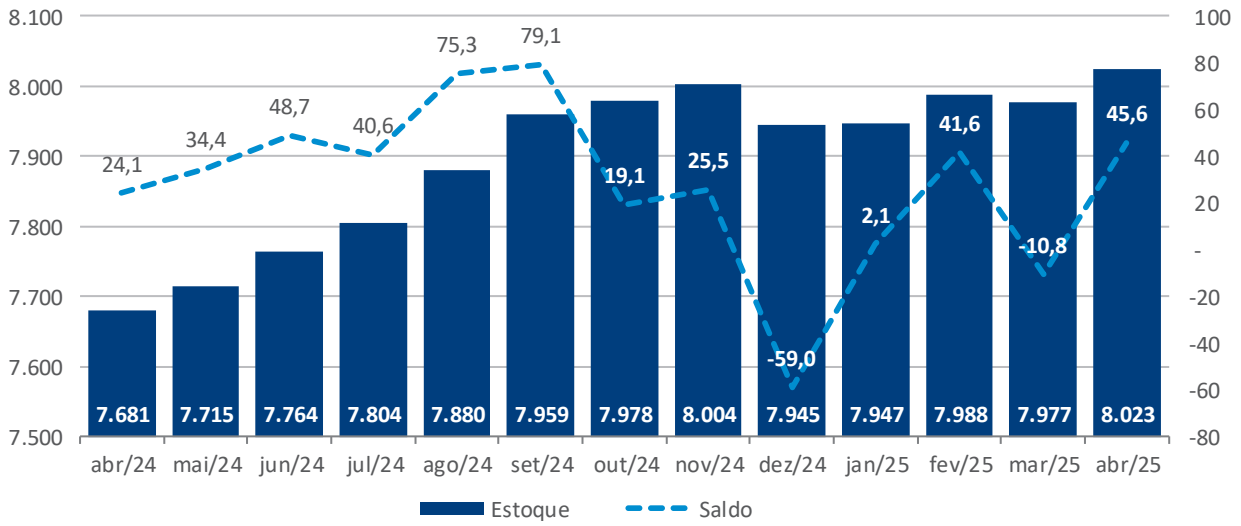
De acordo com os dados do CAGED, o saldo positivo de empregos no Nordeste em abril foi de 45,6 mil, indicando recuperação em relação ao resultado negativo de março e superando o saldo registrado em abril 2023, que foi de 24,1 mil empregos. O desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelos setores de Serviços e Construção.

O setor de Serviços liderou a geração de empregos em abril, com saldo positivo de 29,9 mil vagas, superior ao registrado em abril de 2024 (+23,5 mil). Já a Construção ampliou significativamente seu saldo, passando de 5,5 mil para 10,6 mil postos, evidenciando forte recuperação. O Comércio também apresentou melhora, com geração líquida de 8,5 mil empregos, quase o dobro do saldo no mesmo período do ano anterior (+4,4 mil).

Por outro lado, a Agropecuária e a Indústria continuaram com saldos negativos, ou seja, o número de desligamentos superou o de admissões. Ainda assim, a Indústria apresentou melhora expressiva, com um saldo de 152 vagas a menos em abril de 2025, redução significativa frente ao saldo negativo de 5,4 mil no mesmo mês de 2024. A Agropecuária também registrou avanço em abril, com saldo negativo de 3,2 mil postos, inferior ao resultado de 4 mil no mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 3: Evolução do Emprego no Nordeste

(Em milhares)



Fonte: CAGED. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

De modo geral, todos os estados do Nordeste apresentaram desempenho positivo em abril de 2025, com saldos de empregos superiores aos registrados no mesmo mês de 2024. Em todas as unidades da Federação da região, as admissões superaram os desligamentos, inclusive nos estados que haviam apresentado saldo negativo no ano anterior, como Alagoas e Pernambuco. Nos demais estados, houve ampliação dos saldos positivos. Como resultado, o saldo total da região passou de 24,1 mil em abril de 2024 para 45,6 mil em abril de 2025, refletindo uma aceleração significativa na geração de empregos formais.

Tabela 2: Saldo de Empregos no Nordeste — abril/2025

UF	Saldo em Abril/2024	Saldo em Abril/2025	Situação (em relação a Abril/2024)
AL	-1.779	414	▲
BA	10.932	14.353	▲
CE	5.596	9.221	▲
MA	2.850	3.582	▲
PB	851	1.577	▲
PE	-927	7.501	▲
PI	2.257	3.218	▲
RN	2.723	2.927	▲
SE	1.586	2.849	▲
NE	**24.089**	**45.642**	▲
BR	**239.886**	**257.528**	▲

Fonte: NOVO CAGED. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

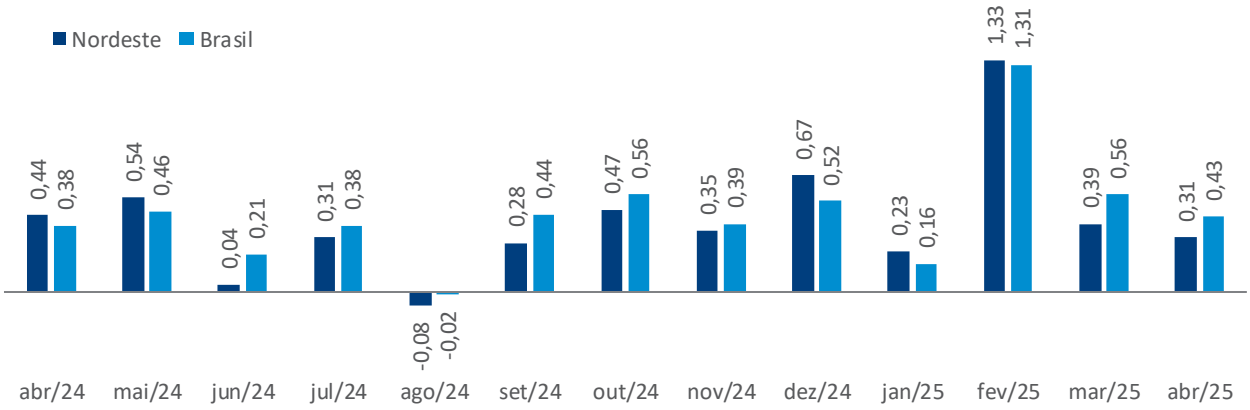
Inflação

O IPCA no Nordeste em abril tem crescimento moderado, mas pressões setoriais mantêm inflação em patamar elevado

A inflação ao consumidor voltou a perder fôlego em abril/2025, tanto no Nordeste quanto no cenário nacional. A variação do IPCA foi de 0,31% na região, ligeiramente abaixo da taxa brasileira, que ficou em 0,43%. Esse movimento confirma o processo de desaceleração iniciado em março, após o forte repique inflacionário observado em fevereiro, quando os índices haviam superado a casa de 1,3%, tanto na região, como em nível nacional. A inflação do Nordeste segue em patamar inferior ao observado no mesmo mês do ano passado. O IPCA regional variou 0,36% em abril/2025, ante 0,44% em abril/2024, enquanto no Brasil a taxa foi de 0,43%, levemente acima do 0,38% registrado no mesmo período do ano anterior. Ou seja, diferentemente do que se viu em alguns meses, a inflação nordestina passou a crescer em ritmo mais contido também na comparação interanual.

Gráfico 1: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - abr/2025

Variação Mensal (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Tabela 1: Inflação (IPCA) – abril/2025

UF	Var. Mensal	Var. acum. ano	Var. Acum. 12 meses
Fortaleza (CE)*	▲0,60	▲2,08	▲5,35
Recife (PE)*	▲0,22	▲2,11	▲4,20
Salvador (BA)*	▲0,16	▲2,34	▲5,13
São Luís (MA)	▲0,45	▲2,34	▲5,38
Aracaju (SE)	▲0,39	▲3,06	▲4,73
BR	**▲0,43**	**▲2,48**	**▲5,53**

Fonte: IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. *Região Metropolitana.

Em abril, o comportamento da inflação nas capitais nordestinas voltou a mostrar certa dispersão, com destaque para Fortaleza, que registrou a maior variação mensal entre as capitais da região, com alta de 0,60%. São Luís (+0,45%) e Aracaju (+0,39%) também apresentaram avanços acima da média regional, enquanto Salvador (+0,16%) e Recife (+0,22%) tiveram aumentos mais contidos em abril. No acumulado de 12 meses até abril, São Luís concentra a maior inflação da região, com variação de 5,38%. Fortaleza aparece logo em seguida, com 5,35%, superando Aracaju (+4,73%) e Recife (+4,20%), que possui a menor inflação acumulada da região. As capitais analisadas ainda mantêm patamar elevado de inflação em 12 meses, em linha com a média nacional (+5,53%).

Em abril, a composição da inflação nas capitais nordestinas mostrou mudanças relevantes em relação ao mês anterior, com destaque para a desaceleração dos alimentos e o aumento da pressão de grupos como Saúde e Comunicação. O grupo Alimentação e Bebidas, embora ainda relevante na formação do IPCA, apresentou variações mais moderadas nas principais capitais. Aracaju, que havia liderado esse componente no mês anterior, registrou agora alta de 0,38%, enquanto Recife (+0,64%) e São Luiz (+0,56%) apresentaram os maiores avanços da região. Esses números reforçam a tendência de perda de intensidade da inflação de alimentos, em linha com previsões de recomposição da oferta e estabilização de preços no curto prazo.

Já o grupo Habitação exibiu comportamento heterogêneo. Aracaju teve a maior alta entre as capitais (+0,66%), seguida por São Luiz (+0,61%). Em contrapartida, Salvador (-0,22%) e Recife (-0,15%) registraram quedas, suavizando o índice geral nessas capitais, por conta dos reajustes na energia elétrica residencial. Em Fortaleza, os preços do grupo variaram em 0,3%.

Nos Transportes, as variações foram negativas na maior parte das capitais, refletindo queda nos preços dos combustíveis. Em destaque, Salvador (-1,27%), Recife (-0,57%) e São Luiz (-0,57%) puxaram o grupo para baixo, contribuindo para conter o avanço do IPCA. Apenas Fortaleza teve variação positiva (+0,68%), que trouxe impacto significativo no índice geral da capital cearense.

O grupo Saúde e cuidados pessoais emergiu como um dos principais vetores de pressão inflacionária no mês, com altas expressivas em todas as capitais analisadas. Destaque para Salvador (+1,50%) e São Luiz (+1,48%), refletindo majoritariamente os reajustes nos preços dos medicamentos e dos produtos de higiene pessoal.

Apesar da desaceleração recente e da acomodação de alguns preços, a inflação nas capitais nordestinas segue exigindo atenção, especialmente diante da persistência de pressões em grupos como alimentação, habitação e, pontualmente, saúde. A combinação entre choques localizados, reajustes setoriais e variações regionais mantém o custo de vida em patamar elevado, ainda que em trajetória de moderação. Nesse contexto, o comportamento da inflação seguirá sendo um fator central para a política econômica e para a dinâmica da renda real das famílias ao longo dos próximos meses, particularmente em regiões onde a recuperação do poder de compra permanece mais lenta.

Comércio Exterior

Déficit Comercial do Nordeste Reflete Queda nas Vendas para os EUA e Alta nas Importações

O déficit de US$ 421,2 milhões do Nordeste registrado em abril de 2025 sinaliza desaceleração nas trocas internacionais, com redução tanto nas exportações quanto nas importações em relação a abril de 2024. Em abril, as exportações somaram US$ 1,87 bilhão, queda de 8,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto as importações totalizaram US$ 2,29 bilhões, com retração de 7,2%.

As exportações agropecuárias cresceram 26,17% em abril de 2025, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com ampla predominância na pauta, a soja respondeu por 72,7% do total exportado pelo setor, somando US$ 550,09 milhões. Em menores proporções, destacam-se as vendas externas de algodão (US$ 65,79 milhões), frutas e nozes (US$ 61,09 milhões) e café (US$ 52,30 milhões). As importações do setor, por sua vez, aumentaram 71,7% no período, impulsionadas principalmente por cacau (US$ 103,04 milhões) e trigo (US$ 61,50 milhões), que juntos concentraram 89,1% do total importado pelo setor.

Na indústria de transformação, as exportações totalizaram US$ 1,05 bilhão, com queda de 16,6% em relação a abril de 2024. Os principais produtos exportados foram celulose (US$ 166,28 milhões), açúcares e melaços (US$ 112,0 milhões) e ouro (US$ 106,36 milhões). Por sua vez, as importações do setor somaram US$ 1,86 bilhão, com alta de 2,9% na comparação interanual. Os óleos combustíveis de petróleo lideraram as compras externas (US$ 456,8 milhões), representando 20,0% do total, seguidos por adubos e fertilizantes (US$ 248,9 milhões), com participação de 10,9%.

As exportações da indústria extrativista somaram US$ 48,5 milhões em abril, com queda de 71,7% frente ao mesmo mês de 2024. Minérios de níquel, cobre e ferro responderam por 95,1% do total exportado. As importações também recuaram 57,1% na comparação interanual, concentradas em óleos brutos de petróleo (US$ 164,1 milhões) e carvão (US$ 38,9 milhões), que juntos representaram 93,0% das compras externas do setor.

Tabela 1: Balança Comercial por Setor no Nordeste – abril/2025

Setor	Exportações (US$ FOB Milhões)	Importações (US$ FOB Milhões)	Saldo (US$ FOB Milhões)
Agropecuária	756,3	184,6	▲571,6
Indústria de Transformação	1.057,6	1.869,1	▼811,5
Indústria Extrativa	48,5	231,9	▼183,4
Outros Produtos	3,3	1,3	▲2,0
Total	**1.865,7**	**2.287,0**	**▼421,3**

Fonte: COMEXSTAT-MDIC. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Em relação a abril de 2024, as exportações da Bahia caíram 9,0%, e as importações, 21,8%, mas o estado registrou superávit de US$ 49,6 milhões, impulsionado pela soja (+25,8%), celulose (+11,8%) e ouro (+10,5%). No Maranhão, exportações e importações cresceram 12,7% e 20,2%, com destaque para os óleos combustíveis,

resultando em superávit de US$ 1,2 milhão, puxado pela soja, alumínio e celulose. O Piauí teve alta de 6,5% nas exportações e de 77,3% nas importações, mantendo superávit de US$ 81,9 milhões, liderado pela soja. No Rio Grande do Norte, exportações e importações caíram, mas o saldo comercial permaneceu positivo apesar da forte redução nos embarques de óleos combustíveis.

Entre os estados com déficit, Alagoas apresentou queda de 13,6% nas exportações e aumento de 34,8% nas importações, impactado pela retração nas vendas de açúcares e melaços (96,7% das exportações). No Ceará, as exportações cresceram 38,0% e as importações tiveram alta de 6,6%, mas o saldo continuou negativo. A Paraíba teve alta de 3,5% nas exportações e queda de 9,5% nas importações, resultados insuficientes para reverter o déficit. Pernambuco registrou quedas em ambos os fluxos (-8,5% nas exportações e -10,4% nas importações) e contribuiu para o saldo negativo regional. Sergipe sofreu retrações acentuadas nas exportações (-93,9%) e importações (-29,5%), com destaque para redução nos embarques de sucos e na compra de adubos.

Tabela 2: Balança Comercial dos Estados – abril/2025

UF	Exportação (US$ FOB Milhões)	Importação (US$ FOB Milhões)	Saldo (US$ FOB Milhões)
AL	56,2	66,8	▼10,6
BA	845,0	795,4	▲49,6
CE	151,8	262,7	▼110,9
MA	436,1	434,8	▲1,2
PB	9,4	73,1	▼63,7
PE	175,1	546,9	▼371,8
PI	140,0	58,0	▲81,9
RN	48,7	30,8	▲17,9
SE	3,5	18,3	▼14,9
NE	**1.865,7**	**2.287,0**	**▼421,3**

Fonte: COMEXSTAT-MDIC. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Considerando abril de 2024, as exportações da região Nordeste para a China cresceram 37,5%, somando US$ 525,4 milhões, com soja (80%) e celulose (10%) em destaque. As importações da China pelo Nordeste avançaram 35,6%, totalizando US$ 440,9 milhões. O Canadá foi o segundo destino das exportações nordestinas, com US$ 197,1 milhões exportados – alta de 8,2%, puxada por ouro e alumínio. As exportações para os Estados Unidos recuaram 28,9%, para US$ 158,4 milhões, enquanto as importações subiram 117%, alcançando US$ 606,4 milhões, com óleos combustíveis respondendo por 46,9%.

Finanças Públicas

Estados nordestinos melhoram sua nota na CAPAG

Anualmente, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulga o indicador de Capacidade de Pagamento (CAPAG) dos estados e municípios brasileiros. A CAPAG é composta por três subindicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez relativa. Por levar em consideração diferentes aspectos das finanças públicas locais, esse é um indicador que reflete bem a realidade fiscal de estados e municípios. O subindicador de endividamento é definido como a razão entre a dívida total do estado (dívida consolidada bruta) pela receita corrente líquida (RCL). O subindicador de poupança corrente é a razão ponderada dos últimos três anos entre o gasto corrente do estado e sua RCL[1]. Por fim, o subindicador de liquidez relativa mensura a diferença entre a disponibilidade de caixa líquida (disponibilidade de caixa bruta menos obrigações financeiras) e a RCL.

Cada subindicador recebe uma nota de A (melhor situação), B ou C (pior situação). Ao final, para computar a CAPAG, os estados são ranqueados conforme essas notas, variando de A a C. Aqueles estados que apresentam duas ou mais notas C são classificados como tendo baixa capacidade de pagamento e representam um risco elevado para que a União dê garantia para contratação de novos empréstimos. Um outro aspecto interessante da CAPAG é que o indicador determina o quanto estados e municípios poderão realizar de operações de crédito tendo a União como avalista. Isso implica que os municípios têm interesse direto em ter boa nota na CAPAG, pois isso abre a possibilidade de aumentar o nível de endividamento local que pode ser usado para algum tipo de emergência (exemplo: secas, enchentes etc.) ou para o desenvolvimento de alguma política pública de interesse do local. A classificação mais baixa da CAPAG limita a possibilidade de utilizar esse instrumento de financiamento das políticas municipais.

Analisando, na tabela 1, os dados da CAPAG de 2024, com ano base de 2023; e de 2023, com ano base de 2022, para os estados nordestinos, observa-se que seis dos nove estados da região melhoraram sua classificação, e os outros três não alteraram sua nota no período. Isso indica um quadro de melhora geral da CAPAG entre os estados do Nordeste.

Tabela 1: CAPAG 2023 e 2024 para os estados do Nordeste

UF	2023	2024	Situação
AL	B	B	-
BA	A	A+	▲
CE	B	A	▲
MA	C	B	▲
PB	A	A	-
PE	B	B+	▲
PI	C	B+	▲
RN	C	C	-
SE	B	A	▲

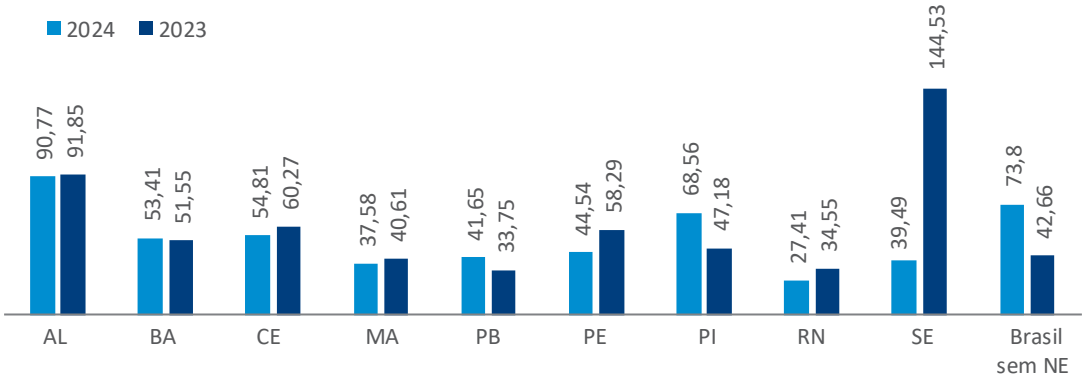
Fonte: STN. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

[1]O cálculo do STN para este indicador considera uma média ponderada dos últimos três anos da razão entre Despesa Corrente e Receita Corrente Líquida dando maior peso para anos mais recentes. O antepenúltimo ano é ponderado por 0.2, o penúltimo ano com fator 0.3 e o último ano com fator 0.5.

Quatro estados da região foram classificados com nota A na CAPAG: Bahia, Ceará, Paraíba e Sergipe. Sendo que dois deles (Ceará e Sergipe) alcançaram esta nota no último ano, saindo de B para A. Dois estados saíram da nota C, a mais baixa, para B: Piauí e do Maranhão. Pernambuco avançou para a nota B+, antes sendo B; e Alagoas e Rio Grande do Norte permaneceram com suas notas originais, B e C, respectivamente.

Ao se analisar os subindicadores da CAPAG, observa-se um cenário mais desafiador para alguns estados no contexto nacional, e para o Nordeste no caso do subindicador de liquidez. O Gráfico 1 apresenta o subindicador do endividamento para os anos de 2024 e 2023 considerando todos os estados brasileiros. Percebe-se que alguns estados nordestinos reduziram seu endividamento, como é o caso de Sergipe, Ceará e Pernambuco. Os demais estados tiveram uma variação marginal, para mais ou para menos, neste subindicador. Esse resultado é contrário do que foi observado no Brasil, excluindo os estados nordestinos, que aumentou em média o endividamento em 31 pontos percentuais.

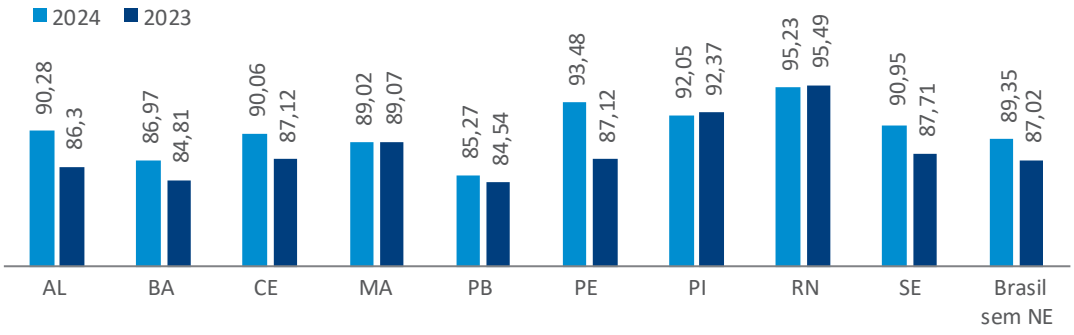
Gráfico 1: Indicador de Endividamento



Fonte: STN. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Por sua vez, o gráfico 2 apresenta o subindicador de poupança corrente. Observa-se um aumento forte e crescente do subindicador de poupança corrente nos estados nordestinos, com destaque para Alagoas (+3,98pp), Bahia (+2,16pp), Ceará (+2,94pp), Paraíba (+0,73), Pernambuco (+6,36pp), Sergipe (+3,24pp). Os demais estados reduziram marginalmente seu desempenho nesse subindicador. No Brasil, sem os estados do Nordeste, houve aumento nesse subindicador de 2,33pp.

Gráfico 2: Indicador de Poupança Corrente



Fonte: STN. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Por fim, o subindicador de liquidez é o que apresenta o maior desafio dos estados nordestinos no momento. Entre 2023 e 2024, os estados de Alagoas, Maranhão e Pernambuco apresentaram queda nesse subindicador. O Piauí foi o único estado que apresentou melhora no período. Os demais estados conseguiram manter a nota de 2023.

Tabela 2: Indicador de Liquidez.

UF	2023	2024	Situação
AL	A	B	▼
BA	A	A	-
CE	A	A	-
MA	C	B	▼
PB	A	A	-
PE	A	B	▼
PI	C	B	▲
RN	C	C	-
SE	A	A	-

Fonte: STN. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Em resumo, os estados do Nordeste têm apresentado uma melhora gradual nos indicadores da CAPAG. Essa melhora ocorre pelo menor gasto frente à RCL e pela redução do endividamento líquido. A questão da disponibilidade de caixa ainda é um desafio, mas, por ser um indicador mais volátil que os demais, pode apresentar mudanças rápidas nos próximos anos.

Nordeste em Foco

Crescimento do Rendimento Domiciliar Per Capita e Mudanças na Composição

Vitor Hugo Miro
Professor do Programa de Pós-Graduação Economia Rural - PPGER/UFC e Pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do FGV IBRE

João Mário Santos de França
Professor do Programa de Pós-Graduação Economia - CAEN/UFC e Pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do FGV IBRE

Flávio Ataliba Barreto
Coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE, e Pesquisador do FGV/IBRE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente os dados atualizados sobre as rendas de todas as fontes, coletados por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). As informações divulgadas são atualizadas até o ano de 2024 e permitem uma análise aprofundada da evolução do rendimento domiciliar per capita médio e de sua composição.

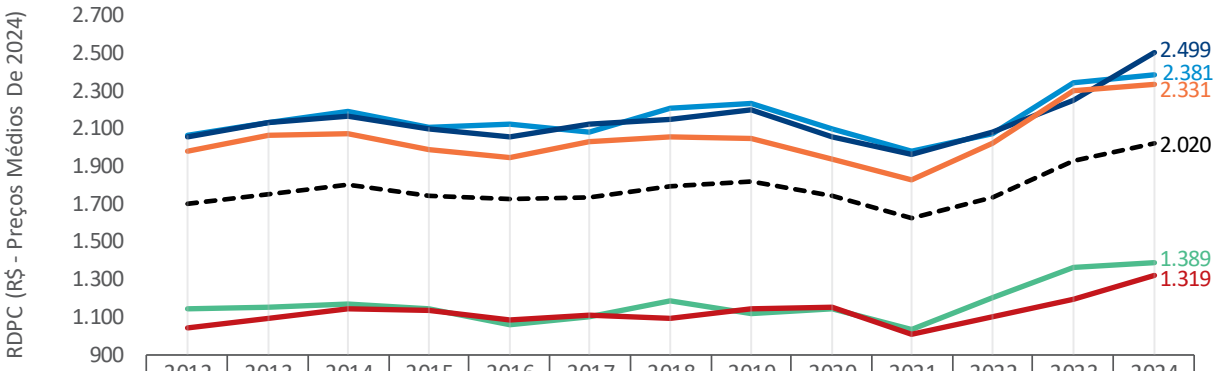
A breve análise apresentada neste texto se debruça sobre a trajetória da renda domiciliar per capita no Nordeste brasileiro, destacando tanto seu crescimento ao longo dos últimos anos quanto as transformações em sua composição. Com base nos dados da pesquisa, é possível identificar quais fontes de rendimento ganharam mais peso na estrutura de renda das famílias nordestinas — como salários, aposentadorias, programas de transferência de renda, entre outras.

Evolução da renda no Nordeste

Entre 2012 e 2024, o rendimento domiciliar per capita médio apresentou trajetória de crescimento em todas as grandes regiões do país, ainda que com oscilações associadas à conjuntura econômica, especialmente nos anos de recessão e pandemia. A região Nordeste, que historicamente apresenta os menores níveis de renda média, registrou o maior crescimento relativo no período: um avanço de 26,7%, saindo de R$ 1.041 em 2012 para R$ 1.319 em 2024.

Esse crescimento, ainda que não tenha alterado a posição relativa da região em relação às demais – o Nordeste segue com o menor rendimento per capita –, é expressivo e superior ao crescimento nacional no mesmo período, que foi de 18,9% (de R$ 1.696 para R$ 2.020). Também superou, em termos proporcionais, os avanços observados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que já partem de patamares mais elevados.

Gráfico 1: Evolução do Rendimento Domiciliar Per Capta Médio - Brasil e Regiões



	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	1.696	1.753	1.802	1.745	1.723	1.730	1.794	1.820	1.741	1.619	1.730	1.929	2.020
Norte	1.145	1.149	1.163	1.140	1.057	1.096	1.185	1.117	1.142	1.029	1.200	1.362	1.389
Nordeste	1.041	1.087	1.143	1.135	1.084	1.104	1.095	1.143	1.153	1.008	1.097	1.192	1.319
Sudeste	2.063	2.126	2.190	2.103	2.122	2.077	2.204	2.231	2.099	1.979	2.074	2.341	2.381
Sul	2.053	2.126	2.162	2.093	2.052	2.122	2.144	2.197	2.058	1.959	2.080	2.248	2.499
Centro-Oeste	1.982	2.066	2.067	1.986	1.940	2.027	2.051	2.043	1.938	1.827	2.020	2.299	2.331

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD contínua.

Destaca-se, no entanto, a forte queda ocorrida em 2020, ano marcado pelos efeitos da pandemia de COVID-19. O rendimento per capita no Nordeste recuou para R$ 1.008 – o menor valor da série –, refletindo a perda

de ocupações e a redução da renda do trabalho, especialmente no setor informal. A partir de 2021, observa-se uma recuperação consistente, impulsionada pela retomada da atividade econômica, pela recomposição de empregos e pela ampliação de programas de transferência de renda. Entre 2021 e 2024, o rendimento domiciliar per capita cresceu 30,9% no Nordeste.

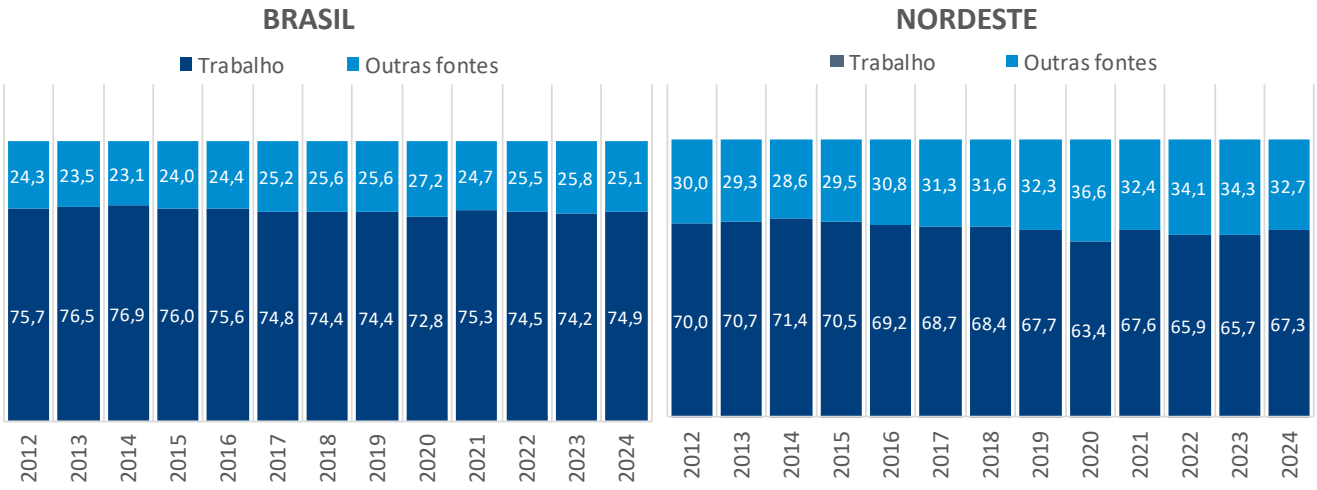
Em 2024, os rendimentos médios das regiões Sudeste (R$ 2.499), Sul (R$ 2.381) e Centro-Oeste (R$ 2.331) permanecem significativamente acima da média nordestina, sendo cerca de duas vezes maiores. O rendimento médio do Nordeste equivale a 65% da média nacional, proporção pouco acima da que foi observada em 2012 (61%), o que indica que, apesar do crescimento, não houve convergência significativa entre as regiões nesse indicador.

Composição da renda

A análise da composição da renda domiciliar per capita revela aspectos importantes sobre a forma como as famílias nordestinas acessam seus recursos econômicos. No Brasil como um todo, a maior parte da renda domiciliar provém do trabalho, que representou cerca de 74,9% da renda média em 2024, mantendo-se relativamente estável no período analisado, mesmo durante os anos mais críticos da pandemia.

No Nordeste, embora o trabalho também seja a principal fonte de renda, sua participação é sistematicamente menor do que a média nacional. Em 2019, 67,7% da renda domiciliar per capita da região vinha do trabalho, enquanto os 32,3% restantes provinham de outras fontes, como aposentadorias, pensões, programas de transferência de renda e aluguéis. Em 2020, com o impacto da pandemia, essa diferença se acentuou: a participação da renda do trabalho caiu para 63,4%, enquanto a das demais fontes subiu para 36,6%, refletindo o papel central das políticas de proteção social, como o Auxílio Emergencial, na sustentação da renda das famílias nordestinas.

Gráfico 2: Composição do rendimento domiciliar per capita médio segundo rendimentos do trabalho e rendimentos de outras fontes – Brasil e Nordeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD contínua.

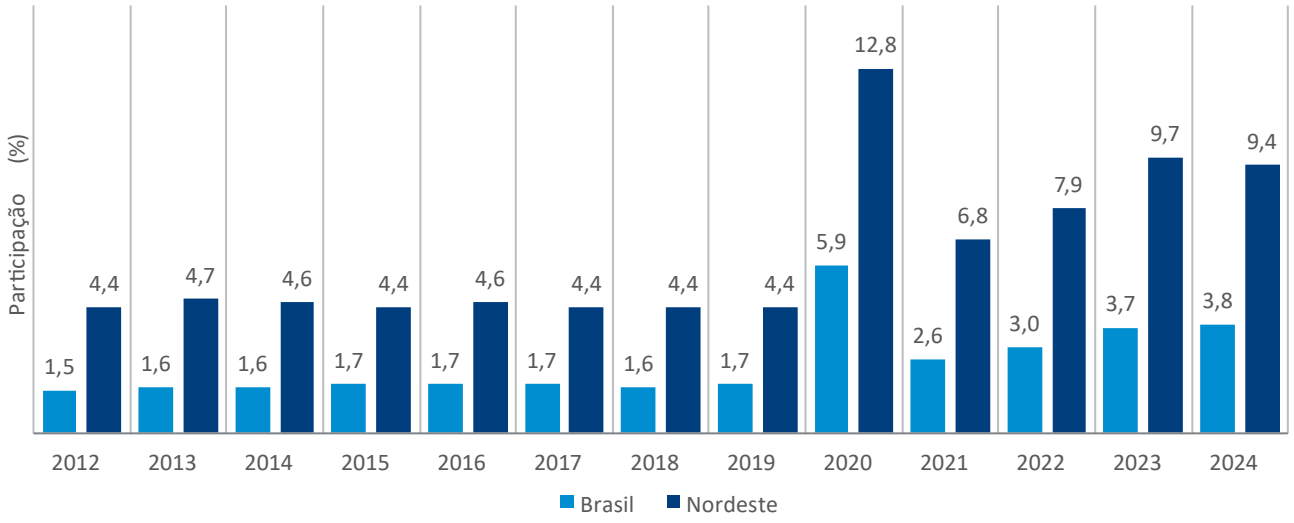
Nos anos seguintes, observa-se uma recuperação gradual da participação da renda do trabalho no Nordeste, que atingiu 67,3% em 2024, valor próximo ao nível pré-pandemia. Ainda assim, o peso das outras fontes de

renda permanece elevado em comparação com outras regiões do país. Quase um terço da renda familiar nordestina provém de outras fontes, o que reforça o papel central das transferências públicas e da previdência na sustentação do bem-estar das famílias.

Entre essas outras fontes, destacam-se especialmente os rendimentos oriundos de programas sociais do governo. Entre 2012 e 2019, a participação dos programas sociais na renda domiciliar per capita das famílias da região Nordeste era estimada em torno de 4,5%. Em 2020, essa participação alcançou o patamar de 12,8%, reflexo direto da resposta emergencial à crise da COVID-19. Nos anos seguintes, a participação dos programas socais recuou, mas alcançou patamares relativamente elevados, acima de 9%, após a reformulação dos programas federais a partir de 2022. Como mostra o gráfico 3, a participação desses programas na renda domiciliar per capita do Nordeste foi estimada em 9,4% em 2024, mais do que o dobro da média brasileira (3,8%). Em estados da região Nordeste, essa participação é próxima de 10%, sendo mais elevada nos casos do Maranhão (10,8%) e do Ceará (10,2%).

Aposentadorias e pensões representam outra fonte de rendimentos com peso expressivo na composição da renda das famílias residentes no Nordeste. Em 2024 representaram 19,9% na composição da renda domiciliar per capita, percentual superior à média nacional de 16,8%. As demais fontes — como aluguel, pensão alimentícia, doações e outros rendimentos — têm peso relativamente menor e, ao longo da série, se mantiveram praticamente estáveis ou com redução na participação relativa.

Gráfico 3: Evolução do Rendimento Domiciliar Per Capta Médio - Brasil e Regiões



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD contínua.

Essa composição revela que o padrão de renda das famílias nordestinas está fortemente vinculado a mecanismos de proteção social – o que pode ser visto como reflexo positivo da presença do Estado na mitigação da pobreza e da desigualdade, mas também como uma relevante vulnerabilidade estrutural, à medida que limita a autonomia financeira das famílias.

Considerações Finais

Os dados mais recentes da PNAD Contínua mostram uma trajetória positiva da renda domiciliar per capita no Nordeste nos últimos anos, com crescimento expressivo mesmo partindo de uma base historicamente mais

baixa. O avanço de mais de 30% apenas nos últimos três anos, entre 2021 e 2024, evidencia uma recuperação econômica relevante, especialmente após os impactos da pandemia de COVID-19 em 2020, quando os rendimentos sofreram forte retração.

Apesar do progresso, o Nordeste segue sendo a região com o menor rendimento médio do país, o que indica a persistência de desigualdades regionais relevantes. A composição da renda também reforça esse diagnóstico: embora o trabalho seja a principal fonte de renda, o peso das chamadas "outras fontes" – com destaque para aposentadorias e rendimentos provenientes de transferências sociais – é significativamente maior na região, indicando maior dependência de políticas públicas para garantir o sustento das famílias.

Essas evidências indicam uma face dual da realidade socioeconômica nordestina. Por um lado, o crescimento da renda e sua retomada após a pandemia são sinais importantes de resiliência e dos efeitos positivos das políticas sociais. Por outro, a elevada participação de rendas não oriundas do trabalho aponta desafios estruturais relacionados à informalidade, à baixa qualificação da força de trabalho e à escassez de empregos formais e bem remunerados.

A participação relativamente baixa da renda do trabalho em comparação à média nacional pode indicar limitações estruturais na capacidade da região de gerar emprego e renda de forma autônoma e sustentável. Diante disso, algumas hipóteses merecem investigações mais aprofundadas. Uma delas diz respeito à natureza do crescimento recente da renda: em que medida ele resulta de fatores conjunturais – como os programas emergenciais e a ampliação dos benefícios sociais – ou de mudanças estruturais no mercado de trabalho e na economia regional?

Outra hipótese relevante se refere aos efeitos da combinação entre rendimentos laborais relativamente baixos, escassez de oportunidades formais e presença crescente das transferências públicas. De que forma a expansão dos programas sociais funcionou como mecanismo de complementação de renda em domicílios com baixa inserção no mercado de trabalho? E em que medida essa dinâmica pode estar influenciando as decisões de participação dos indivíduos na força de trabalho? Investigações sobre essas questões poderão contribuir para o desenho de políticas que fortaleçam a autonomia econômica das famílias nordestinas, integrando proteção social com estratégias de desenvolvimento produtivo e inclusão econômica na região.

Carta Nordeste

FGV IBRE promove seminário Carta Nordeste para discutir temas regionais

Primeira etapa do evento foi realizada no Recife

Mais de seis décadas após a publicação do emblemático plano de Celso Furtado para o desenvolvimento do Nordeste, a região ainda enfrenta o desafio de romper com a histórica desigualdade em relação ao restante do país. Apesar de avanços significativos — como a liderança na geração de energia renovável, a redução da pobreza e a interiorização do ensino superior —, o Nordeste continua sendo a região mais pobre e desigual do Brasil, com uma participação no PIB nacional que permanece aquém de seu peso populacional.

Foi com esse pano de fundo que o FGV IBRE promoveu, através do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, o ***Seminário Carta Nordeste: Reflexões para uma nova política de desenvolvimento da região***, cuja primeira etapa foi realizada em maio, no Recife. O evento reuniu especialistas de diversas áreas para debater caminhos possíveis para um crescimento mais inclusivo e sustentável na região. Entre os temas discutidos, destacam-se a importância do capital humano, a interiorização da atividade produtiva, os desafios fiscais dos municípios, a necessidade de infraestrutura moderna e a urgência de políticas públicas que combinem inovação, sustentabilidade e equidade.

As reflexões apontam para o desafio de conciliar déficits históricos - como na área de infraestrutura e educação - com novas demandas que guiam a economia global, que vão da digitalização á transição energética. O debate está lançado — e as propostas que emergem desse esforço coletivo serão fundamentais para orientar a agenda política e econômica dos próximos anos.

O assunto foi tema central da edição de junho da Revista **Conjuntura Econômica**, acesse: https://go.fgv.br/BYUD4AmrElz

Conheça o Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE

Criado para fortalecer o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, o mais novo centro do elabora estudos, análises e propostas estratégicas voltadas para a região. Com sede em Fortaleza, atua em parceria com empresas, governos, universidades e organizações para transformar conhecimento em soluções que impulsionem o bem-estar da população nordestina.

BOLETIM
MACRO
REGIONAL
NORDESTE

Acompanhe nossos estudos em:
www.portalibre.fgv.br/nordeste

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 3799-4747

Primeiro Presidente e Fundador
Luiz Simões Lopes

Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Vogais: Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Almirante Luiz Guilherne Sá de Gusmão, Antonio Monteiro de Castro Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

Conselho Curador
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), General Sergio Westphalen Etchegoyen, IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), João Alfredo Dias Lins (representante da Klabin Irmãos & Cia), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)

Suplentes: Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Alvaro Toubes Prata, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Guilherme Ary Plonski, Heloi José Fernandes Moreira, Istvan Karoly Kasznar, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Sandoval Carneiro Junior, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor:
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Superintendência de Estatísticas Públicas:
Aloisio Campelo Junior

Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais:
Túlio Barbosa

Superintendência de Pesquisa, Dados e Operação:
André Lavinas

Superintendência de Gestão Estratégica e Organizacional:
Joana Braconi

Superintendência de Produtos Digitais:
Viviane Seda

Superintendência de Tecnologia da Informação:
Vitor Rangel

Instituto Brasileiro de Economia

Coordenação do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste
Flávio Ataliba Barreto

Coordenação Geral e Técnica do Boletim Macro Regional
Isadora Gonçalves Costa Osterno

Equipe Permanente
João Mário Santos de França
Rafael Barros Barbosa
Vitor Hugo Miro

Assistente de Pesquisa
Thiago de Araújo Freitas

Revisão Editorial
Fernando Dantas

Editoria de Arte
Marcelo Utrine

Advertência
As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Este Boletim foi elaborado com base em estudos internos e utilizando dados e análises produzidos pelo IBRE e outros de conhecimento público com informações atualizadas até 10 de junho de 2025. O Boletim é direcionado para clientes e investidores profissionais, não podendo o IBRE ser responsabilizado por qualquer perda direta ou indiretamente derivada do seu uso ou do seu conteúdo. Não pode ser reproduzido, distribuído ou publicado por qualquer pessoa, para quaisquer fins.

FGV IBRE

Dúvidas, fale conosco pelo e-mail: ibre@fgv.br

ACESSE O FGV IBRE NAS REDES SOCIAIS: